

Investimentos públicos, lucros privados: reflexões sobre as relações entre o empresariado e o Estado a partir de um estudo de caso no Mato Grosso

Maryanne Galvão*

Resumo:

Ao longo dos anos 2000, nos chamou atenção um caso de conflito socioambiental que ocorria no noroeste do Mato Grosso, no vale do Juruena, envolvendo uma população indígena e empresários integrantes de um consórcio construtor de pequenas centrais hidrelétricas. Ao acompanharmos este caso, que acontecia devido a construção de um conjunto de usinas no Rio Juruena, pudemos vislumbrar um tipo de relação de proximidade entre os empresários do projeto de geração de energia elétrica - que recebeu grandes quantias em forma de financiamento do governo Federal - e o Estado. Neste breve artigo, pretendemos evidenciar algumas das questões que envolvem os empresários e o Estado, o público e o privado, com as quais nos deparamos em nossa pesquisa de doutorado, assim como algumas pistas para refletir sobre elas.

Palavras-chave: energia elétrica; empresários; relações público-privado; Mato Grosso.

Public Investments, Private Profits: Reflections on the Relations Between Business and the State, Based on a Case Study in Mato Grosso

Abstract:

Throughout the 2000s we observed a case of social-environmental conflict that occurred in the northwest of Mato Grosso, in the Juruena valley, involving, on the one hand, an indigenous group and, on the other, businesspeople belonging to a consortium that builds small hydroelectric power stations. As we followed this case, which arose due to the construction of a set of power plants on the Juruena River, we perceived a close relationship between the businesspeople of the electric power generation project - which received large amounts of

* Doutora em Ciências Sociais. Pós-Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí, Teresina-PI, Brasil. End. eletrônico: marygalvao@hotmail.com <https://orcid.org/0000-0002-8056-6236>

money in the form of federal government financing - and the State. In this brief article, we seek to highlight some of the issues involving business and the State, the public and the private, that we encountered during our doctoral research, as well as some clues that helped us reflect on the issue.

Keywords: electricity, businesspeople, public-private relations, Mato Grosso.

Introdução

As pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) são consideradas fontes limpas, sustentáveis e renováveis de geração de energia elétrica, um tipo de infraestrutura econômica de baixa emissão de carbono e uma alternativa às grandes hidrelétricas dos anos 1970 e 80, causadoras de grande impacto socioambiental. As PCHs, entretanto, ao serem instaladas em áreas rurais e remotas de grandes centros urbanos, porém habitadas por povos tradicionais e indígenas, têm seu “lado obscuro”, sendo responsáveis por diversos conflitos socioambientais¹ e situações marcadas pelo que movimentos sociais consideram (in) justiça ambiental².

O presente texto decorre do acompanhamento, durante o meu doutorado (2011-2015), de um desses conflitos, que transcorreu ao longo da primeira década deste século, no vale do rio Juruena, no noroeste do rio Juruena. De um lado estava uma população indígena Aruak, os Enawene Nawe, e, de outro, o consórcio de empresários responsáveis pela construção do Projeto Juruena, um conjunto de cinco pequenas centrais hidrelétricas localizadas nesse rio de uso imemorial por esta e outras populações indígenas que habitam esse território.

Quando se pesquisa sobre conflitos desse tipo, se depara com uma relação na qual a fronteira entre o público e o privado se torna bastante nebulosa.

No caso aqui tratado, o aparente paradoxo, se torna mais evidente porque um dos sócios proprietários, conforme se verá, é também político no estado de Mato Grosso e importante ator nas entidades de classe patronais estaduais. Durante a execução do projeto energético, ocupava cargos importantes em ambos os setores. Além dele, outro importante quadro da empresa era o coordenador responsável pela área socioambiental, que já ocupou no passado importantes cargos públicos relacionados com o meio ambiente no estado.

O que foi o Projeto Juruena? Quais os atores sociais responsáveis pela sua concretização? Especialmente ao tratar desta última questão, e a partir do caso analisado, abordaremos as relações de proximidade entre as elites políticas e econômicas no Brasil, que no caso do presente artigo é ressaltado quando

¹ Segundo Svampa (2011) conflitos socioambientais são aqueles relacionados ao acesso, conservação e controle dos recursos naturais, e que supõem por parte dos atores envolvidos interesses e valores diferentes num contexto de assimetria de poder.

² Para o interessante debate acerca da justiça ambiental no Brasil, ver Acselrad et. al. (2009).

alguns atores privados ligados a este projeto de infraestrutura confundem-se com o Estado. Essa relação ocorre, como se verá, porque os proprietários do empreendimento são também importantes atores econômico-políticos, influentes no governo do estado de Mato Grosso (no presente e no passado). Como tais atores percebem o empreendimento energético? Como atuam ou contribuem para a implementação de políticas públicas que acabam por beneficiá-los (mesmo causando a destruição de outros modos de vida)? Como as políticas estatais de estímulo ao crescimento econômico, de alguma maneira, acabam por estimular um “capitalismo sem riscos”, nas mãos de indivíduos que deveriam representar o Estado? Eis alguns pontos que abordaremos nesse artigo.

Projeto Juruena e seu modus operandi

O Projeto Juruena³ é o empreendimento “voltado para a geração sustentável de energia elétrica” composto por cinco pequenas centrais hidrelétricas e implementado pela *holding* Juruena Participações e Investimentos S.A. As cinco PCHs (pequenas centrais hidrelétricas) integrantes do projeto possuem potência instalada de 91,4 MW, gerando energia necessária para abastecer uma cidade de aproximadamente 600.000 habitantes. As PCHs do projeto inseriam-se no PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) do governo federal⁴, e além desses recursos, receberam outros advindos do PROINFA, o maior programa do mundo de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica⁵, por meio de repasses do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, e ainda, dinheiro do BNDES⁶. No seu site, a empresa Juruena S.A. é definida como uma *holding* de cinco empresas independentes produtoras de eletricidade criada em 2005. Destaca-se o fato de a empresa ser controlada pela Energia PCH FIP – um “fundo de investimentos

³ Costumou-se chamar o conjunto maior de usinas no rio Juruena de Complexo Energético do Juruena - formado por 9 PCHs (pequenas centrais hidrelétricas) e 2 AHE (usinas hidrelétricas) de interesse privado. Todas as usinas, exceto a PCH Divisa, localizam-se no curso do rio Juruena.

⁴ O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi criado em 2007, no segundo mandato do presidente Luis Inácio Lula da Silva. Entretanto, foi durante o governo de Dilma Rousseff que o PAC entrou em sua segunda fase e consolidou-se. O objetivo de sua criação foi a “retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável”. Estrategicamente idealizado como um plano de retomada dos investimentos em setores-chave da economia, o programa “contribuiu de maneira decisiva para o aumento da oferta de empregos e na geração de renda, e elevou o investimento público e privado em obras fundamentais”. Disponível em <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>. Acesso em 30 Jan. 2016.

⁵ O Programa de Incentivo às Fontes de alternativas de energia elétrica foi instituído pela Lei nº 10.438/2002, e até 31/12/2011, implantou “um total de 119 empreendimentos, constituído por 41 eólicas, 59 pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e 19 térmicas a biomassa”. Disponível em <http://www.eletronbras.com/elb/ProinfA/data/Pages/LUMISABB61D26PTBRIE.htm> Acesso em 30 Jan. 2016.

⁶ Além dos recursos do PAC e do PROINFA, os investimentos necessários para a realização do projeto energético vieram de fundos de pensão.

em participações que possui como cotista um dos maiores fundos de previdência privada do país”⁷.

Esse fundo de investimentos em participações – Energia PCH FIP – tem entre seus integrantes um conjunto de fundos de pensão de empresas estatais: POSTALIS (Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos); CELOS (Fundação Celesc de Seguridade Social); CELESC Distribuição S.A (Centrais Elétricas de Santa Catarina) e Sindicato dos Eletricitários; PETROS (Fundos de Pensão da Petrobrás); FUNCEF (Fundação dos Economitários Federais – Caixa Econômica Federal); FAPES (Fundação de Assistência e Amparo Social do BNDES); Fundação São Francisco de Seguridade Social (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF); NUCLEOS (Nuclebrás, Equipamentos Pesados S.A. – NUCLEP, Eletrobrás Termonuclear S.A. – Eletronuclear, Indústrias Nucleares do Brasil S.A – INB). Esse Fundo de Investimento em Participações – Energia PCH FIP – tem como gestor o Infra Asset Management Ltda, empresa que atua de forma segmentada, participando de “projetos de energia, saneamento e real state”, o Banco Santander é como administrador do fundo.

Nota-se que os investimentos estatais - por meio do BNDES, ou dos repasses do Banco do Brasil ou da Caixa econômica Federal, ou através dos Fundos de Pensão dos Trabalhadores das Empresas Públicas, tiveram uma significativa contribuição para a realização do Projeto Juruena.

As cinco PCHs de propriedade da empresa Juruena, por integrarem o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (PROINFA) do governo Federal, receberam um total de R\$84 milhões em recursos – metade do dinheiro necessário para a realização das obras. De acordo com o site do BNDES, onde essas informações foram divulgadas, um dos méritos do empreendimento, além dos 2,3 mil empregos diretos e indiretos gerados durante as obras, seria contribuir com o esforço do governo para descentralizar e universalizar o atendimento da geração de energia, em função do porte e da localização das usinas e do grande potencial de desenvolvimento do agronegócio na região.

Segundo Almeida (2010), os planos para a construção das PCHs no Rio Juruena (Complexo Juruena) iniciaram-se em 2001⁸, quando Blairo Maggi, na época suplente do senador Jonas Pinheiro, criou a empresa Maggi Energia e, em parceria com as empresas Maggi Agropecuária, Linear Participações e Incorporações, e MCA Energia e Barragem, formou o Consórcio Juruena.

⁷ Encontrado em <http://infraasset.com/participacoes-fip-energia.html>. Acesso em 28 Abr. 2017.

⁸ Desde o fim da década de 1990, entretanto, técnicos e representantes dos empreendedores já sobrevoavam os rios da região para investigar possíveis pontos de barramentos energéticos economicamente viáveis.

Em 2002, as empresas integrantes do consórcio requereram junto à FEMA (antiga Fundação Estadual do Meio Ambiente, atual SEMA) a licença prévia de instalação das seguintes PCHs: Sapezal, Divisa Alta, Ilha Comprida, Rondon, Parecis, Segredo, Cidezal e Telegráfica.

Destaca-se que os empresários adquiriram as licenças prévias para as usinas apenas três meses após a sua solicitação e, cerca de um mês depois, já haviam adquirido as licenças de instalação (Fanzeres, 2008). É fundamental ainda ressaltar que em 2002, Blairo Maggi, o principal sócio do Grupo Maggi e um dos proprietários das usinas do Complexo, se elegeu governador do estado de Mato Grosso (mandato de 2003-2007).

Em 2005, a *holding* criada a partir das empresas MCA e da Linca – Juruena Participações e Investimentos S.A. – adquire responsabilidade pelo licenciamento de cinco das usinas do Complexo Juruena: PCH Cidezal, PCH Sapezal, PCH Telegráfica, PCH Parecis e PCH Rondon (Almeida, 2010). Outras usinas do complexo (PCH Jesuíta, PCH Ilha Comprida, PCH Segredo, PCH Divisa, AHE Cachoeirão e AHE Juruena) continuaram sob a competência do Grupo Maggi¹⁰. Segundo um dos proprietários do Grupo Juruena, C., não houve uma sociedade entre os dois grupos, mas apenas compartilhamento dos estudos exigidos pela ANEEL no início do projeto:

Um projeto desse você têm (sic) que fazer um inventário. Nós separamos 100 km de rio aqui e nós pedimos uma autorização para a ANEEL e a ANEEL nos deu essa autorização para a gente estudar esses 100 km; a gente fez todos os estudos. E a Aneel nos dá um tempo, fazemos todos os estudos por nossa conta. Apresentamos lá: aqui, esse trecho de rio, dá pra fazer isso e isso e isso. A ANEEL pega isso, estuda com a equipe dela, concorda com umas, discorda de outras, fala que tem que melhorar assim, e aí começa o processo de autorização. O estudo do rio nós fizemos junto com o Blairo, com o grupo Maggi, nós fizemos o estudo e deu 8 PCHs, 9 PCHs. Das 9, quando saiu a autorização e nós sentamos para dividir, para começar a construir, vocês ficam com essas 4 e nós ficamos com essas 5. Nós viabilizamos economicamente as nossas 5. Eles [Maggi] ficaram esperando estrategicamente, pois sabiam que nessa região teríamos problema, então deixaram a gente passar por todos os problemas, até nos consultaram... Inteligência deles, não fizeram nada errado. Foi isso que fizemos juntos – os estudos. E como ainda tem dois UHE que é o Cachoeirão e o Juruena, essas duas nós continuamos estudando em conjunto, ainda não chegou na fase de autorização. Ainda está em estudo, nós estamos apresentando EIA/RIMA, uma série de coisas, e no dia em que for aprovado nós provavelmente vamos sentar e dividir. Podemos até construir em conjunto. Não existe uma sociedade, vinculação, há um interesse em estudar em conjunto, porque seria ruim dois estudarem (2013).

¹⁰ Apesar de mencionar as demais usinas e empresas envolvidas no Complexo Juruena, a pesquisa aqui tratada se concentrou no grupo Juruena S.A.

Através de certidões simplificadas obtidas na junta comercial de Mato Grosso, em Cuiabá, verificou-se que a empresa X. Energia e Barragem Ltda pertence aos irmãos M. e C.¹¹. A família destes é conhecida no Mato Grosso por sua atuação na área da construção civil. Os irmãos acumulam ampla experiência na construção civil antes de se voltarem para a energia elétrica – eles são proprietários da construtora Três¹².

Um dos irmãos sócios das usinas, C. transita nas diversas esferas dos mundos econômico e político, público e privado, do estado de Mato Grosso. Tendo iniciado sua carreira política ao lado de Dante de Oliveira¹³, C. foi deputado estadual pelo PSDB, ocupando nos últimos dez anos diversas secretarias de estado. Em 2015 foi eleito o presidente do PSDB em Mato Grosso. Além disso, ocupou o cargo de vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso (FIEMT), no mandato 2009-2012. Desde 2011, C. é o presidente-diretor do Instituto Ação Verde, uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) criada pelo setor produtivo do estado de Mato Grosso em 2007, durante a Bienal dos Negócios da Agricultura (Galvão, 2008). Essa organização, nos anos de 2012-2014, possuía representação no CONSEMA¹⁴ (Conselho Estadual de Meio Ambiente), juntamente com outras entidades governamentais e não governamentais, entidades do poder público e da sociedade civil organizada. C., como presidente-diretor do Instituto Ação Verde, além de participar no Conselho Pleno, foi o representante oficial da OSCIP no órgão colegiado.¹⁵

Nas eleições de outubro de 2014, C. não conseguiu reeleger-se como deputado estadual pelo PSDB. Entretanto, em setembro de 2016, mais uma vez tomou posse na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, em sessão extraordinária, substituindo o deputado Saturnino Masson (PSDB)¹⁶.

Em Cuiabá, na sede da empresa Juruena S.A., C. relatou, em entrevista para esta pesquisa, uma situação muito interessante vivenciada por ele durante

¹¹ A segunda empresa integrante da Juruena Participações S.A. é a empresa L., pertencente à família N., também atuante da área de construção civil.

¹² O único mandado de busca e apreensão expedido pela Operação Lava Jato em Mato Grosso foi na sede da Empresa Juruena S.A. Um dos membros do conselho administrativo da Juruena S.A. também é proprietário da Construtora desses irmãos, que possuem vários contratos de obras com o estado do Mato Grosso, inclusive cinco obras da Copa do Mundo de 2014 (Matos, 2014b).

¹³ Ele foi tesoureiro da campanha vitoriosa à reeleição de Dante em 1998, e foi investigado por uma acusação de caixa 2 nas campanhas do ex-governador do PSDB.

¹⁴ O CONSEMA é o órgão estadual responsável, entre outras coisas, por propor e aprovar normas de proteção e preservação do meio ambiente, e aprovar ou desaprovar qualquer projeto que cause impacto ambiental.

¹⁵ Em 2014, novas organizações foram eleitas para o colegiado do CONSEMA para o biênio 2014-2016. O Instituto Ação Verde ficou de fora do conselho.

¹⁶ Fonte: <https://www.al.mt.gov.br/midia/noticia/129/deputado/163801/texto>. Acesso em 12 Jan. 2017.

uma das reuniões do CONSEMA. Segundo ele, “uma confusão” teria ocorrido em uma das reuniões do conselho – cuja agenda era a votação do processo de licenciamento da PCH Paiaguás, no rio Sangue – para o qual seriam apresentados, portanto, estudos socioambientais. Na ocasião relatada, algumas ONGs que compõem o conselho uniram-se contra tal processo de licenciamento, argumentando e citando o exemplo, dentre outros, da escassez de peixe que já vinha ocorrendo no rio Juruena, devido à construção das usinas do Complexo Juruena. Eis um trecho notável da entrevista:

Citaram o nosso caso na bacia do rio Juruena, sem saber que eu era o proprietário. E aí começou (sic) a citar e a diretora da SEMA, a Lilian, não tinha as informações todas daqui. Eu percebi que estrategicamente eu não devia me pronunciar, chamar atenção pra cima e tal. Do jeito que as ONGs pensam, eles não iam mais me escutar; a partir do momento que eles entendessem que eu tenho interesse, acabou a discussão, não ia abrir a discussão. Mas a menina da SEMA ficou tão desesperada, ela olhava pra mim pedindo ajuda desesperada, e eu não posso me omitir e fui falar. Eles começaram a falar um monte de besteira: não tem mais peixe no rio Juruena, por causa do Complexo Juruena. Eu falei assim: “Não existe rio mais estudado que o rio Juruena. Nós estudamos aquele rio nos últimos dez anos. Têm os estudos todos e você está dizendo que não tem peixe, eu quero dizer pra você que antes de eu desviar o Rio (o F. que comandou tudo isso) os índios pediram peixes para nós. Ele [F.] foi lá, negociou com eles a doação 3 toneladas de peixe para eles fazerem a festa do peixe deles porque o Rio não tinha peixe – antes de nós começarmos a construir. Aí nós construímos. Depois, agora oito anos depois, vocês vêm aqui e dizem que nós acabamos com o peixe do rio? Não tinha peixe no rio”. Ele [um representante de uma das ONGs] falou um monte de besteira, disse que sempre existiu projeto de PCHs no rio Juruena. Isso não existe, isso é estudo. Aí uma outra ONG falou: “Mas não é antiético o senhor estar aqui?”. “Por que antiético? O senhor está defendendo uma coisa e eu estou defendendo outra, aqui é um lugar para defender as opiniões. São 27 pessoas que decidem”. Eu disse que não tem nada disso. Na reunião seguinte levaram os índios. É no rio Sangue, perto de Campo Novo. Deu empate, 9 a 9, e a SEMA foi o voto de minerva e foi favorável.

O Interesse Privado na Coisa Pública

A pesquisa pôde se realizar, em Cuiabá, através de F, que tem sob sua responsabilidade todas as questões socioambientais da empresa. Engenheiro ambiental e professor universitário aposentado, F, atualmente é proprietário de uma empresa de consultoria ambiental. Além disso, exerceu diversas vezes o cargo de secretário de estado, inclusive como presidente da extinta FEMA (Fundação Estadual do Meio Ambiente). Dessa maneira, com anos de experiência, F, acumulou um *know-how* excepcional tanto do funcionamento da máquina pública quanto daquele requisitado pela iniciativa privada.

No esforço de pensar o lugar de poder ocupado por esses indivíduos no âmbito social, encontramos pistas valiosas na pesquisa de Alair Silveira, exposta no artigo “Secretariado: a parcela eclipsada do poder”, onde ela analisa os secretariados municipais e estaduais de Mato Grosso no período de 1983 a 2011. A autora revela, entre outras coisas, “a existência de ‘feudos de área’, cujas secretarias acabam recorrentemente nas mãos de alguns nomes, independente da esfera de poder ou de partidos governantes” (2012, p. 2); e que grande parte dos secretários de governo tem atuação na iniciativa privada. Silveira chama atenção para esse segmento político-empresarial com grande relevância nas relações de poder.

Segundo a autora, há uma tendência, evidenciada pela pesquisa sobre o secretariado no Mato Grosso, de empresários brasileiros a aspirarem a participação direta no Estado, ora através de cargos eletivos, ora através de cargos de confiança ou de secretariado. De acordo com Silveira,

sob a investidura de “Secretário de Estado” promove-se – no imaginário social – uma simbiose paradoxal: ao mesmo tempo em que recobre de certo “interesse público” as políticas estatais, de outro lado recorre aos espaços privados para recolher personificações de êxito econômico para justificar o “interesse público” (Silveira, 2012, p.6).

Do total de secretários municipais e estaduais pesquisados por Silveira, cerca de 54,21% dos primeiros e 56% dos segundos possuem empresas registradas na junta comercial de Mato Grosso. Além dessa elevada porcentagem de empresários- secretários, alguns exercem ou exerceram cargos nas suas respectivas entidades de classe. Conforme enfatiza a autora, “não somente a perspectiva de classe destes secretários imiscui-se nas políticas de governo, senão que sua atuação direta nos processos decisórios garante retorno político e econômico (na perspectiva de classe) a médio e longo prazo” (2012, p. 11).

É justamente na categoria de empresários-secretários¹⁷, trazida da análise de Silveira, que se enquadraria o empresário destacado nesta pesquisa – C. Observemos o quadro abaixo, retirado do trabalho de Silveira:

¹⁷ As categorias de secretários de estado elaboradas por Silveira em sua pesquisa foram: os secretários monopolistas, os multifuncionais, os secretários resgatados, secretários políticos, os secretários empresários-políticos.

C. (8 vezes secretário)	Secretário Municipal Extraord. Gab. Prefeito (93)	09 empresas: 02 estatais	Supl. Dep. Estadual (07/10)
	Secretário Municipal Extraord. (93/94)		
	Secretário Municipal Especial Ind. Com. e Turismo (93/94)		
	Secretário Estadual Para Assuntos Extraordinários (95)		
		SINDUSCON (88/91)	
	Secretário Estadual Desenv. Turismo (95/98)	SINDUSCON/FIEMT (91/94)	
		SINDUSCON (91/94)	
	Secretário Estadual Ind. Com. e Mineração (98)	FIEMT (91/94)	
		FIEMT (94/97)	
	Secretário Estadual Desenv. Turismo (99)	SINDUSCON (94/97)	Supl. Dep. Estadual (11/14)
		SINDUSCON/FIEMT (94/97)	
	Secretário Estadual de Ind. Com. e Mineração (99/02)	FIEMT (97/00)	
		FIEMT (00/03)	
		FIEMT (03/06)	
		FIEMT (06/09)	

Figura 15: Empresários e Cargos. Fonte: Silveira, 2012.

Observa-se na tabela que C. exerceu, no período 1993-2002, 8 vezes o cargo de secretário de estado, alternando entre secretarias municipais e estaduais. Além disso, atuou como representante de duas importantes entidades patronais do estado de Mato Grosso: a SINDUSCON-MT (Sindicato das Indústrias de Construção do Estado de Mato Grosso) e na FIEMT (Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso), por vários anos consecutivos. Destaca-se também que nos anos de 2007-2010 e de 2011-2014 ele exerceu o cargo de suplente de deputado estadual na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, pelo PSDB. Durante esse período, por duas vezes, deixou a suplência e tomou posse como deputado estadual, quando o deputado Guilherme Maluf (PSDB) se licenciou do cargo – primeiramente em 2007-2008, para assumir a Secretaria de Saúde de

Cuiabá, e posteriormente, em 2011¹⁸, para se candidatar à prefeitura de Cuiabá (Só Notícias, 2011).

Nas eleições de 2014, C.A.¹⁹ disputou mais uma vez o cargo de deputado estadual pelo PSDB. Entretanto, não conseguiu ser eleito, pois obteve apenas 0.89% dos votos, ou seja, 13.156 eleitores. Apesar de não conseguir se reeleger, em 2016 C.A. foi novamente empossado na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, substituindo um deputado do PSDB. Percebe-se que, de alguma maneira, mesmo não tendo recebido o total dos votos necessários para sua eleição, C. continuou exercendo cargos de poder. Nas eleições de 2018, conseguiu eleger-se deputado estadual pelo PSDB.

Há, conforme observa Silveira (2012), um movimento em direção aos cargos eletivos que ocorreria após certa experiência administrativa.

É vital para a nossa pesquisa enfatizar que Silveira (2012) vislumbra, ainda que com dados informais, a constituição do que ela chama de “clãs familiares” na ocupação dos cargos de confiança. Apesar de não ser o tema principal de sua investigação, a autora afirma ter observado “a regularidade com que determinados sobrenomes – pouco comuns – comparecem no primeiro e no segundo escalão” (2012, p. 20). Um dos sobrenomes destacados por Silveira dentre os nomes do secretariado estadual foi o sobrenome de “F”, nossa principal fonte. Tendo sido Secretário estadual do Meio Ambiente de 1995 a 2002, F. também acumulou o cargo de presidente da extinta FEMA. Outros com seu sobrenome também ocuparam outros cargos no estudo de Silveira.

O Grupo Juruena S.A. como um caso exemplar da aliança entre o capital e o Estado

Até aqui destacamos alguns indivíduos que ocupam agora ou ocuparam no passado cargos no Estado, e que de algum modo acabaram “misturando” seus interesses empresariais privados aos públicos. Trata-se da figura do “secretário-empresário”. Procuremos refletir teoricamente sobre essa figura a fim de tecer algumas conjecturas sobre a relação entre setores do Estado e agentes da iniciativa

¹⁸ Em 2011, C. é um dos investigados pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso para apurar irregularidades no processo de concessão de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's) no Estado, das quais ele é proprietário. Anteriormente, em 2009, C. e seu irmão, proprietários da empresa Três, foram presos pela polícia Federal durante a Operação Pacenas, que investigou esquemas de fraudes em licitações de obras públicas com recursos do PAC (Gazetaweb, 2009).

¹⁹ O valor total dos bens declarados por C., de acordo com seu registro de candidatura no site do TSE, somam R\$1.155.554,93. Disponível em <http://inter01.tse.jus.br/divulga-cand-2014/eleicao/2014/idEleicao/143/cargo/7/UF/MT/candidato/110000000107>. Acesso em 05 Mar. 2016.

privada, no capitalismo praticado nesse segmento da produção energética no Mato Grosso.

Por reflexão teórica, não propomos a enumeração de conjecturas abstratas sobre o que constituiria a essência última do secretário-empresário. Antes, partiremos do caso concreto do empresário que tem papel atuante num dos principais órgãos de regulação do estado, para avançar um conjunto de hipóteses sobre o caráter híbrido – semipúblico e semiprivado – dos agentes que atuam na constituição do consórcio e na implementação do Projeto Juruena.

A figura do secretário-empresário, com todo o seu hibridismo, joga por terra uma série de formulações teóricas calcadas na oposição entre o público e o privado²⁰. Para dar conta do nosso caso, onde o mesmo agente é regulador e regulado, de nada adianta recorrer às teorias políticas clássicas e mobilizar velhos dualismos: Estado *versus* mercado; particular *versus* universal; público *versus* privado; etc. Pois, se num primeiro momento, considerar-se-ia tratar de uma inadmissível contradição entre os interesses do Estado moderno de direito e os interesses da ordem sociometabólica do capital. Mais a mais a pesquisa indica a seguinte situação: ainda que os setores do Estado e os segmentos da iniciativa privada não comunguem necessariamente dos mesmos interesses, ambos, todavia, convergem, por vezes, aos mesmos propósitos, não somente trabalhando para a apropriação do excedente, como criando as condições para a acumulação capitalista. Lançando mão da teoria marxista de István Mészáros (2002), discorre-se a seguir acerca das relações entre o Estado e o capital, tendo como propósito criar as condições teóricas e as ferramentas analíticas que permita analisar o arranjo de agentes que compõem o complexo que dinamiza o nosso caso exemplar – os proprietários e/ou representantes da empresa Juruena S.A., verdadeiros secretários-empresários.

Dois indivíduos são dignos de nota nesse aspecto – um dos sócios-proprietários e o representante da área socioambiental da empresa, respectivamente os senhores C. e F. – pois ambos têm ampla experiência no serviço público e conhecimento de como este funciona, tendo o primeiro exercido cargos eletivos como suplente. Notadamente, este empresário, ao relatar o episódio ocorrido em uma reunião do colegiado do CONSEMA, do qual fazia parte, narrou que foi pressionado por uma ONG devido à sua dupla condição – de empresário interessado e de regulador do órgão do meio ambiente. C. contou que, nessa ocasião, um dos representantes da ONG, percebendo que ele era um dos proprietários

²⁰ Existe uma extensa e importante discussão a respeito das relações público-privado patrimonialistas no Brasil. Sem pretensões de estender a discussão, assinalamos Faoro (2008), Fernandes (2006), Holanda (2009) e Ianni (2004).

do Grupo Juruena, e concomitantemente, um dos conselheiros do CONSEMA (porque, à época, presidente do Instituto Ação Verde), perguntou-lhe se ele não se considerava antiético. Sua resposta, já citada acima, foi: “Por que antiético? O senhor está defendendo uma coisa e eu estou defendendo outra, aqui é um lugar para defender as opiniões”.

Nessa fala, C. deixa claro que sua função ali é defender *sens* interesses. Sendo ele um representante do Estado, estaria então defendendo o “interesse do Estado”?

De acordo com a teoria de Mészáros, o Estado moderno surge enquanto “exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema” (Mészáros, 2002, p.106) ou em outras palavras: a produtividade do capital. Assim, ele existe para controlar todas as forças insubmissas e retificar a falta de unidade de aspectos principais do modelo sociometabólico do capital.

Para a manutenção dos interesses do seu modelo totalizador de controle sociometabólico de funcionamento, é de vital importância que o capital sujeito a sociedade às suas funções produtivas e distributivas. De acordo com Mészáros, o processo de sujeição funciona através da divisão da sociedade em classes sociais irreconciliáveis e, além disso, através do controle político total.

O sistema sociometabólico do capital “é orientado para a expansão e movido pela acumulação” (Mészáros, 2002, p.100). Entretanto, ao mover-se na direção de sua expansão, o sistema metabólico do capital promove algumas contradições que podem promover sua autodestruição. Mészáros é enfático ao afirmar que o Estado moderno é a única estrutura corretiva compatível com os parâmetros estruturais do capital como modo de controle sociometabólico (Mészáros, 2002, p.107).

Quanto à questão levantada por Mészáros sobre o papel do Estado na manutenção do capitalismo, amenizando suas contradições na medida do necessário para evitar a autodestruição do sistema, não podemos perder de vista que se, por um lado, o Estado, por assim dizer, evita o colapso do capitalismo, de outro ele também opera para instaurar as condições para a acumulação de capital. É o Estado articulado com o mercado para mostrar que a concretude da tragédia da mercadoria realiza no mundo o que a ficção da tragédia dos comuns apenas vislumbrava.

Em 1968, o ecologista Garret Hardin publicou um artigo na revista *Science* intitulado “The Tragedy of the *Commons*”. Esse pequeno artigo gerou grandes debates e até hoje é influente. Hardin afirmou que os recursos naturais de propriedade comunal tendiam a superexploração e destruição pelo ímpeto de cada indivíduo ao buscar seus próprios interesses. Para evitar essa destruição – ou seja, a “tragédia dos comuns” –, resultante das motivações individuais e egoístas

dos indivíduos, seria necessário um controle ou coerção por meio do mercado ou do Estado.

Para demonstrar o que seria a tragédia dos comuns, Hardin recorreu ao exemplo de uma pastagem aberta e disponível a todos. Segundo ele, cada pastor tentaria manter no pasto o máximo de gado possível. Durante um longo período, ele argumenta, tal sistema foi possível porque as guerras tribais, as doenças, as caças ilegais mantiveram tanto os homens quanto os animais abaixo da capacidade da terra. Entretanto, chegaria o “dia do acerto de contas” em que cada homem, ao tentar maximizar seus ganhos, tentaria avançar colocando mais e mais gados no pasto. Nas palavras de Hardin:

Somando os componentes utilitários parciais, o vaqueiro racional conclui que o único caminho sensato para ele seguir é adicionando outro animal ao seu rebanho. E outro. E outro ... Mas esta é a conclusão a que chegou cada um dos vaqueiros racionais que partilha um bem comum. Nisso está a tragédia. Cada homem está preso a um sistema que o obriga a aumentar seu rebanho, ilimitadamente, em um mundo que é limitado. A ruína é o destino para o qual todos os homens se direcionam, cada um perseguindo seu próprio interesse em uma sociedade que acredita na liberdade dos comuns. Liberdade em terras comunais leva todos a ruína (Hardin, 1968, p.1244 – tradução livre)²¹.

De acordo com Longo et al. (2015), a abordagem trazida por Hardin seria influenciada pela mentalidade da Guerra Fria, que criava um dualismo entre controle centralizado do estado versus capitalismo de livre mercado para controlar o egoísmo humano.

Ainda hoje, crises socioambientais causadas pelas interações dos homens com seu entorno ambiental, tal como a da pesca marinha mundial, têm sido referidas como tragédia dos comuns. Entretanto, outra abordagem tem sido proposta – a “tragédia da mercadoria”. Originalmente, a tragédia da mercadoria foi elaborada como resposta à teoria de Hardin e é utilizada por Longo et al. (2015), para a análise dos sistemas de produção e pesca marinhas. Entretanto, ao oferecer um referencial analítico e teórico denso, centrado nos sistemas de mercadorias e na mercantilização da natureza, tal teoria torna-se capaz de ir muito além dos casos empíricos estudados pelos autores, podendo ser utilizada como

²¹ *Adding together the component partial utilities, the rational herdsman concludes that the only sensible course for him to pursue is to add another animal to his herd. And another; and another... But this is the conclusion reached by each and every rational herdsman sharing a commons. Therein is the tragedy. Each man is locked into a system that compels him to increase his herd without limit in a world that is limited. Ruin is the destination toward which all men rush, each pursuing his own best interest in a society that believes in the freedom of the commons. Freedom in a commons brings ruin to all* (Hardin, 1968, p. 1244).

um referencial teórico inicial para outras questões socioecológicas atuais, tais como o desmatamento, a perda de biodiversidade, poluição tóxica e mudanças climáticas.

A tragédia da mercadoria surge com o próprio desenvolvimento do capitalismo, enquanto um sistema totalmente dependente do crescimento econômico, que busca acumulação sem fim e, assim, reproduz-se em larga escala. É curioso ressaltar que os dois agentes que na visão de Hardin, da tragédia dos comuns seriam os responsáveis pela detenção dos vertiginosos processos de degradação da natureza, o Estado e o mercado, no caso empírico específico desta pesquisa, e de acordo com os estudiosos da tragédia da mercadoria, são justamente os principais atores desse processo.

No entanto, não podemos lidar com Estado e mercado como entidades abstratas, onde bastaria jogar uma contra outra para que emergisse, do choque, algo como uma síntese teórica – nem mesmo a dialética nos ajudaria nessa tarefa. Para os limites da nossa pesquisa, é de fundamental interesse mapear estratégias e perseguir trajetórias. Portanto, ao acompanharmos os casos dos secretários-empresários abordados nesta pesquisa, mesmo que não nos seja lícito tecer considerações sobre a natureza do Estado, suas relações com o capital etc., de maneira apriorística, isto é, independente de toda e qualquer experiência possível, ao menos poderemos contribuir para a percepção de um aspecto geralmente secundarizado na literatura. Trata-se da dimensão ativa do Estado no processo de acumulação capitalista. Quando o regulador é o regulado, ou melhor, quando o empresário capitalista é o próprio regulador, não somente o Estado rompe o véu da dissimulação e mostra sua face de “comitê executivo da burguesia”, como também, a partir de um discurso de energia limpa, renovável, barata e necessária, mascara-se um empreendimento que tem como face oculta a degradação da vida e do trabalho em prol da acumulação.

Considerações Finais

Neste artigo, com base em um estudo de caso trabalhado durante pesquisa de doutorado realizada no Mato Grosso entre os anos 2011-2015, em atenção a um conflito socioambiental que envolve uma população indígena e um projeto empresarial de geração de energia elétrica, mostramos a existência de uma determinada relação entre o Estado e os empresários do consórcio de geração de energia. Relações que tornam “nebulosas” as fronteiras entre o público e o privado, e mostram como, de algum modo, o capital tem a capacidade de se apropriar do Estado.

Através do caso analisado – o projeto Juruena de geração de energia elétrica composto por 5 pequenas centrais hidrelétricas no Mato Grosso – percebe-se a

seguinte situação: se, por um lado, o Estado brasileiro (enquanto “financiador do desenvolvimento” e em nome dele) subsidia as iniciativas empresariais, o Estado também é apropriado por esses mesmos indivíduos, agentes privados. Os atores privados, interessados nos recursos econômicos do Estado ou justamente em busca dele, ocupam ou ocuparam cargos públicos, acumulando uma diversificado *know how* sobre o funcionamento da máquina pública e da burocracia estatal e, indo mais além, ocupando cargos importantes e determinantes para definição de licenças de projetos que recebem financiamento do Estado (conforme destacado no nosso caso de estudo, os cargos públicos foram exercidos concomitantemente à execução do projeto de geração de energia).

Ao mesmo tempo em que o Estado tem um papel fundamental na manutenção do capitalismo ao amenizar contradições do sistema, evitando dessa maneira sua autodestruição, conforme Mészáros nos explica, o Estado também trabalha para instaurar as próprias condições da acumulação de capital. Os agentes privados, ao ocuparem diversas posições e funções do Estado, ao tornarem-se administradores privados da coisa pública, ou ainda, ao estabelecerem-se como reguladores (ao mesmo tempo que regulados, como no caso da pesquisa ressaltada), passam a defender seus próprios interesses enquanto classe proprietária. A separação entre interesses públicos *versus* interesses privados torna-se diluída, ao mesmo tempo em que privilégios privados são fortalecidos e garantidos.

Referências

- ACSELRAD, H; MELLO, C.C; BEZERRA, G.N. *O que é justiça Ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009
- ALMEIDA, J. *Alta tensão na floresta: os Enawene-Nawe e o Complexo Hidrelétrico Juruena*. Monografia de curso de Especialização em Indigenismo. Cuiabá: Opan/Objetivo, 26 Set. 2013
- FAORO, R. (1958) *Os donos do poder*. São Paulo: Globo
- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo, 2006.
- GALVÃO, M. R. *Pequenas centrais hidrelétricas, comunidades indígenas e espoliação: o Projeto Juruena e os Enawene Nawe no Mato Grosso*. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.
- HARDIN, G. The Tragedy of the commons. *Science* vol. 162, n. 3859, p. 1243-1248, 1968. Disponível em <https://science.sciencemag.org/content/162/3859/1243> Acesso em 10 Fev. 2020.

- HARVEY, David. *El nuevo Imperialismo*. Madrid: Ediciones Akal, 2003.
- _____. *Para entender o Capital de Marx – Livro I* (e-book). São Paulo: Boitempo, 2013.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- IANNI, Octavio. Florestan Fernandes e a formação da sociologia brasileira. In: IANNI, Octavio. *Pensamento social no Brasil*. Bauru, SP: Edusc, p. 307-348, 2004.
- INSTITUTO MAIS DEMOCRACIA. “Quem são os proprietários das hidrelétricas da Amazônia?” 2015. Disponível em <http://proprietariosdobrasil.org.br/wp-content/uploads/2015/12/Quem-sao-os-donos-das-hidroeletricas-do-brasil-1.pdf>. Acesso em 31 Dez. 2015.
- LONGO, Stefano; CLAUSEN, Rebecca; CLARK, Brett. *The tragedy of the commodity: oceans, fisheries and aquaculture*. New Brunswick, New Jersey, and London: Rutgers University Press, 2015.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, vol. I, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MATOS, Marcia. Construtora de obras da Copa é investigada pela PF. *Mídia News*, 17 Mar. 2014. Disponível em <http://midianews.com.br/conteudo.php?sid=25&cid=192022>. Acesso em 10 Fev.2020.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- SILVEIRA, A. *Secretariado: a parcela eclipsada do poder*. Trabalho apresentado no 8º Congresso da ABCP, Gramado-RS, 2012.
- SVAMPA, Maristella. Extractivismo neodesarrollista y movimientos sociales. Un giro ecoterritorial hacia nuevas alternativas? *Más allá del desarrollo*, Quito, vol. 1, p. 185-218, 2011.